TURISMO RURAL COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONOMICO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO RURAL LENÇÓIS MARANHENSES / MUNIM

Carlos Augusto de Oliveira Furtado[1]
Itaan de Jesus Pastor Santos[2]

Resumo: A lógica do turismo no território prevista no Plano de Turismo do Governo do Maranhão é gerar transformações no espaço, provocando mudanças em termos de organização social, econômica, de estrutura física, produzindo resultados. A análise apresentada procura mostrar a distribuição dos ganhos da política entre 1996 a 2017 e o papel da agricultura familiar nesse processo. Para o desenvolvimento das análises proposta foram utilizados dados do Censo Agropecuário, Contas Nacionais, Censo Demográfico 2000 e 2010. A proposta implementada ainda não chegou na agricultura familiar do Território que, muito embora seja rico em justificativa para implementação da proposta de turismo rural, não tem conseguido servir de instrumento para a melhoria das condições de vida da população local. Os dados apresentados revelam que para atender à concepção da política de turismo como mecanismo de desenvolvimento sustentável e fortalecimento da agricultura familiar faltaram medidas que garantam o acesso dessa categoria aos empreendimentos rurais.
Palavras chaves: Turismo; Território Rural Lençóis Maranhenses / Munin; Agricultura familiar

Abstract: The logic of tourism in the territory provided for in the Tourism Plan of the Government of Maranhão is to generate changes in space, causing changes in terms of social, economic and physical structure, producing results. The analysis presented here seeks to show the distribution of policy gains between 1996 and 2017 and the role of family farming in this process. For the development of the proposed analyses, data from the Agricultural Census, National Accounts, 2000 and 2010 Demographic Census were used. The implemented proposal has not yet arrived in the Territory's family farming, which, although rich in justification for the implementation of the rural tourism proposal, has not been able to serve as an instrument to improve the living conditions of the local population. The data presented show that to meet the concept of tourism policy as a mechanism for sustainable development and strengthening of family farming, there was a lack of measures to guarantee access to this category to rural enterprises.
Keywords: Tourism; Rural Territory Lençóis Maranhenses / Munin; family farming

1. INTRODUÇÃO

[1] Graduado em Ciências Econômicas pelo CEUB/DF, Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional pela UEMA
[2] Professor adjunto do Centro de Ciências Agrárias e do Programa de Desenvolvimento Socioespacial e Regional, da UEMA, doutor em Agronomia pela Universidade Técnica de Lisboa

O entendimento do desenvolvimento como crescimento é uma concepção que vem de autores como Solow, Rostow, Perroux e Myrda, como nos lembra Enriquez (2010). Resumindo, esses autores e suas respectivas escolas entendiam o desenvolvimento como aumento do PIB, PIB PER CAPITA, aumento da industrialização, além de agregar outros fatores, como preconizava Myrdal, em sua causação circular cumulativa, cuja alternativa para superar o subdesenvolvimento seria através do papel do planejamento estratégico, resultado de uma solução política, um planejamento inteligente. “Para Myrdal, reverter a causação circular e cumulativa da pobreza e iniciar um novo ciclo de causação circular e cumulativa do desenvolvimento é a ação planejada do setor público” (Enriquez.2010, p. 37).

Piorski (2008) lembra que, para os economistas da chamada Escola Ocidental, a recomendação política que vigorava era que Desenvolvimento Econômico era sinônimo de industrialização, ideia que influenciou vários programas, em especial na América Latina. Lembra o autor que a industrialização não contribuiu para a superação da pobreza, e outros estudos e pesquisas apontaram “o capital social”, (entendido como a capacidade de organização da sociedade civil junto ao Estado, apresentando suas demandas), como importante estratégia para a superação da pobreza.

Dessa forma, prossegue o autor, surge uma visão de desenvolvimento que passa a considerar não só a dimensão econômica, mas sim o entendimento interdisciplinar multidisciplinar/pluridisciplinar, pensando a economia, a geografia, a sociologia, o que resulta na ideia de desenvolvimento territorial rural, que se inicia no governo FHC (1995-2003), continua no governo Lula (2003-2007), com o surgimento do MDA/SDT implantando uma estratégia de desenvolvimento rural para combater a pobreza, utilizando o conceito de capital social e território.

A estratégia acima citada, foi registrada em documento elaborado em 2003, pela Secretaria de Agricultura Familiar/Ministério de Desenvolvimento Agrário, com o título de Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar 2004/2007, destacando o crescimento das atividades não agrícolas da população economicamente ativa residente em domicílios rurais, tendo como principal fonte a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (IBGE, 1981, 1992 e 1997), resultado do chamado “Novo Rural”, o qual abre espaço para a consolidação de novas atividades, como o turismo

que, embora recente no meio rural brasileiro, vem insurgindo também na agricultura familiar.

O documento afirma que a atividade turística na agricultura familiar, pode resultar em aumento da renda com a comercialização de produtos diretamente ao consumidor/turista, contribuindo, assim, com a redução do êxodo rural, além de valorizar a essência do homem do campo, sendo sua cultura um atrativo turístico, "com efeitos diretos no aumento da autoestima da população". Os resultados positivos da atividade turística, diz o documento, resulta do poder público apoiar a "implantação da atividade turística desenvolvida por agricultores familiares nas unidades agrícolas", onde destacamos: "...adequação das legislações turística, infraestrutura básica pública, infraestrutura turística de uso coletivo, assistência técnica e extensão rural, pesquisa e capacitação, financiamento da produção, construção ou adequação de estruturas físicas..." (Familiares Rurais. SAF/MDA, 2003, p 5)

É essa engrenagem que pode provocar o desenvolvimento da economia local através do turismo, uma vez este sendo apontado como alternativa de política econômica. E para dar sustentabilidade a essa circulação de riqueza, claro que deve haver, como contrapartida, a defesa do meio ambiente, mantendo a paisagem local, evitanda a degradação do meio ambiente e descaracterização de culturas tradicionais.

Na tentativa de fazermos uma leitura dessa dinâmica do turismo no TLMM, na ótica da agricultura familiar, procedemos análise dos Censos Agropecuários de 1996, 2006 e 2017, tentando identificar o perfil da agricultura familiar antes e depois da implementação do plano de turismo; os Censos Demográfico de 2000 e 2010, também fornece pistas das dinâmicas da população nesse período, bem como análise do PNAD.

Desenvolvemos este artigo em cinco partes, sendo esta introdução; na segunda uma breve caracterização da dinâmica econômica do TLMM; seguindo uma análise de alguns indicadores da economia familiar do território e a ocupação agrícola e não agrícola; após fizemos considerações sobre o turismo no cenário do TLMM; além das considerações finais.

2. BREVE CARACTERIZAÇÃO DA DINÂMICA ECONÔMICA DOS MUNICÍPIOS DO TLMM

Reconhecido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA em 2004[3], esse território possui 14.919,3 km², sendo os municípios com maiores extensões Barreirinhas (3.122km²), Humberto de Campos (2.131,30 km²), Morros (1.715,10 km²) e Santo Amaro do Maranhão (1.601,20km²). Uma breve leitura do Censo Demográfico IBGE (Tabela 1) revela que o Maranhão, no período de 1980 a 2010, apresentou um incremento populacional de 64,52% (2,15% a.a), saindo de 3.996.444 em 1980 para 6.574.789 em 2010; já o TLMM, apresentou um incremento de 77,36% (2,58% a.a), saindo de 142.219 para 252.235.

O Plano Estadual de Turismo (1995), reapresentado como Plano Maior (2000), seguindo as diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo no Maranhão, nos leva a considerar que essa política já completou 15 ou 10 anos de execução, considerando os dados até 2010. Nesse período de concepção do turismo no Território, o maior incremento populacional foi em Barreirinhas (106,60%), Santo Amaro do Maranhão (43,78%), Humberto de Campos (42,91%), enquanto Primeira Cruz, apresentou uma queda na população total (-20,57%).

Olhando apenas por esse indicador, os dados sugerem que apenas Barreirinhas, Santo Amaro do Maranhão e Humberto de Campos, começaram a ter algumas consequências do Plano Maior, pelo menos nos que diz respeito ao fluxo populacional, o mesmo não acontecendo com Primeira Cruz.

Deve-se destacar que o município de Barreirinhas oferece maior infraestrutura de oferta de serviços (bancos, hotéis, restaurantes, aluguel de veículos para passeios, etc), justificando, assim, o maior fluxo de população urbana, sendo esse um indicador que explica o fluxo dos demais municípios. Outro fator que justifica o destaque do município de Barreirinhas, é por estar próximo do destino turístico internacional procurado, beneficiando, dessa forma, os municípios de Santo Amaro do Maranhão, Paulino Neves e Tutóia, conforme lembra Santos (2019). Os municípios que mais contribuíram com o incremento da população rural no TLMM foram Presidente

[3] A análise aqui apresentada considera a composição do Território dos Lençóis Maranhenses e Munim de 2004, mas fizemos uma comparação a partir de 1996, que contava apenas com os municípios mais antigos (Axixá, Barreirinhas, Humberto de Campos, Icatú, Morros, Presidente Juscelino, Primeira Cruz, Rosario). A partir de 2000 o Território dos Lençóis Maranhenses e Munim passa a contar com os demais municípios, totalizando 12 (doze).

Juscelino com 56,53% (4.741 habitantes em 1980 para 7.421 em 2010), Santo Amaro do Maranhão com 52,97% (6.679 em 2000 para 10.180 em 2010)[4] e Barreirinhas com 50,67% (21.640 em 1980 para 32.604 em 2010).

Estudo realizado pela Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento sobre as Regiões de Planejamento do Estado do Maranhão (SEPLAN, 2008), aponta como sendo as potencialidades econômicas do Território dos Lençóis Maranhenses e Munim (TLMM) a piscicultura, a pesca, o artesanato, o turismo e a cerâmica.

Não sendo o objetivo deste artigo uma análise detalhada da economia do TLMM, optamos por apresentar indicadores relativos ao PIB Total, Valor Adicionado Bruto (VAB) e o IDHM, tanto para o Maranhão com para a média do TLMM, afim de termos uma referência da composição do PIB do Território. No cálculo, está incluso as atividades potenciais do TLMM.

2.1 Pib do Maranhão e do TLMM

É bom esclarecer que o Produto Interno Bruto (PIB) é a soma dos Valores Adicionais (VAB) brutos setoriais, incluindo os impostos, contabilizados no período 2002 e 2017, sendo esse indicador a principal medida do tamanho da economia. Na metodologia de cálculo do PIB, não entra as despesas com os insumos utilizados no processo de produção.

Tabela 1: PIB a preços correntes no Maranhão e no TLMM (mil reais)

Unidade da Federação e Municípios	Anos		Incremento médio total anual 2017/2002
	2002	2017	
Maranhão (A)	15.924.003	89.524.184	28,89
Axixá	12.405	68.996	28,51
Bacabeira	50.204	339.837	36,06
Barreirinhas	63.012	459.506	39,33
Cachoeira Grande	7.632	57.128	40,53
Humberto de Campos	20.323	145.206	38,41
Icatu	20.880	134.116	33,89
Morros	15.736	117.368	40,37

[4] Para efeito da análise consideramos o TLMM como sendo constituído a partir de 1980, para que se possa ter uma maior dimensão da dinâmica da agricultura familiar no período. Mas é bom destacar que no ano de 2000, o TLMM passou a contar com os municípios de Bacabeira, Paulino Neves e Santo Amaro, acarretando um rearranjo da população e sua ocupação.

Paulino Neves	12.708	106.254	46,01
Presidente Juscelino	13.924	92.406	35,23
Primeira Cruz	9.909	75.719	41,51
Rosário	65.741	311.894	23,40
Santo Amaro do Maranhão	9.323	81.237	48,21
TLMM (B)	301.797	1.989.667	34,95
% (B/A)	1,90	2,22	28,89

Fonte: IBGE/SIDRA – Tabela 5938

O PIB total a preços correntes apresenta tendência de crescimento tanto no Maranhão como no TLMM. No MA o PIB variou de R$ 15.924.003,00 em 2002, para R$ 89.524.184,00 em 2017, acumulando um acréscimo de 462,20% no período ou de 28,89% de incremento médio anual. Já o TLMM o PIB total a preços correntes variou de R$ 301.797,00 em 2002 para R$ 1.989.667,00 em 2017, acumulando um acréscimo de 559,27% no período ou de 34,95% de incremento médio anual. Nesse período, o TLMM apresentou uma variação bem maior que a média do estado e apresentando uma participação do PIB a preços correntes em relação ao Maranhão, saiu de 1,90% em 2002 para 2,22% em 2017.

Quando se faz a leitura do PIB para o conjunto dos municípios que compõe o TLMM, percebe-se que os municípios que apresentaram maior variação anual média do PIB total no período, foram: Santo Amaro do Maranhão (48,21% a.a), Paulino Neves (46,01% a.a), Primeira Cruz (41,51%a.a), Cachoeira Grande (40,53% a.a), Morros (40,37% a.a) e Barreirinhas (39,33%a.a). Os dados estão apresentados na Tabela 1.

Segundo classificação utilizada por PIORSKI (2008), Barreirinhas e Santo Amaro são os municípios mais atraentes no TLMM, sendo que Barreirinhas concentra maior parte dos serviços de turismo e possui a economia mais dinâmica. Mesmo assim, Barreirinhas aparece em 6º lugar no PIB Total. Santo Amaro do Maranhão, que está próximo de Barreirinhas e atende uma demanda bem inferior de serviços, mas apresenta produção de cerâmica, extração de palha e outras atividades de artesanato, apresentou maior incremento do PIB total no período.

Com essas características, pelos dados apresentados, Santo Amaro tem apresentado maior dinâmica na economia do que propriamente Barreirinhas.

Devemos lembrar que o PIB Total corresponde a todos bens e serviços produzidos nos municípios, não refletindo, unicamente, a atividade turística.

Tabela 2: Demonstrativo do ranking do Pib dos municípios do TLMM, nos anos de 2016 e 2017

Municípios	Ranking do PIB 2016	Ranking do PIB 2017
Axixá	165	173
Bacabeira	35	36
Barreirinhas	27	27
Cachoeira Grande	188	188
Humberto de Campos	103	100
Icatu	*106*	109
Morros	126	125
Paulino Neves	134	133
Presidente Juscelino	143	146
Primeira Cruz	158	163
Rosário	40	38
Santo Amaro do Maranhão	156	155

Fonte: IMESC, PIB MUNICIPAL 2017

Segundo dados do IMESC (PIB Municipal 2017), os municípios que compõe o TLMMA não estão entre os maiores valores nominais do PIB do Maranhão (circunscritos no intervalo de R$ 7.000.000,01 a R$ 29.727.649,88), como também não alcançaram localização no ranking do PIB estadual, que justifique um avanço no seu crescimento econômico, conforme demonstrado na Tabela 2.

A leitura da Tabela 2 permite constatar que apenas os municípios de Humberto de Campos, Morros, Paulino Neves, Rosário e Santo Amaro do Maranhão, apresentaram evolução, mas nada significativa no Ranking do PIB estadual, entre os anos de 2016 e 2017, não estando, mesmo assim, entre os dez maiores do Maranhão. Os dados sugerem que o TLMM não se inclui entre as regiões mais desenvolvidas do estado e que, portanto, a Política Estadual de Turismo / Plano Maior de Turismo, ainda não apresentou o resultado em termos de dinâmica econômica.

Outro indicador para medir o tamanho da economia é o Valor Adicionado Bruto (VAB), que representa a contribuição que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) na composição do PIB do MA e do TLMM. O VAB é obtido do Valor Bruto da Produção (VBP) descontando-se o valor dos insumos utilizados no processo produtivo.

Tabela 3: Valor adicionado bruto da agropecuária (VABAgro), MA e TLMM a preços correntes (mil reais)

Unidade da Federação e Município	Anos		Incremento médio total anual 2017/2002
	2002	2017	
Maranhão (A)	1.867.206	7.508.658	18,88
Axixá	2.430	11.998	24,61
Bacabeira	3.204	16.808	26,54
Barreirinhas	12.912	49.071	17,50
Cachoeira Grande	1.829	10.961	31,21
Humberto de Campos	3.932	13.438	15,11
Icatu	3.378	18.770	28,48
Morros	1.284	7.085	28,24
Paulino Neves	2.762	8.139	12,17
Presidente Juscelino	4.352	25.959	31,03
Primeira Cruz	2.684	12.312	22,42
Rosário	3.604	12.998	16,29
Santo Amaro do Maranhão	2.114	11.473	27,67
TLMM (B)	44.485	199.012	21,71
% (B/A)	2,38	2,65	18,88

Fonte: IBGE/SIDRA – Tabela 5938.

O Valor Adicionado Bruto da Agropecuária (VAB Agro), ilustrado na Tabela 3, apresenta tendência de crescimento no período de 2002 a 2017, tanto para o Maranhão, como para o TLMM. Comparando o incremento médio anual do VAB Agro no conjunto dos municípios do TLMM, percebe-se que, os municípios que apresentaram maior variação no período foram: Cachoeira Grande (31,21% a.a), Presidente Juscelino (31,03% a.a), Icatu (28,48% a.a), Morros (28,24% a.a), Santo Amaro do Maranhão (27,67% a.a) e Bacabeira (26,54% a.a).

A Tabela 3 também revela que grande parte dos municípios do TLMM apresentaram variação acima do incremento médio do estado (18,88% a.a), como do TLMM (21,71% a.a). Somente os municípios de Axixá e Rosário apresentaram variação inferior à média do MA e do TLMM.

No Valor Adicionado Bruto da Industria (VAB Ind), ilustrados na Tabela 4, percebemos uma tendência de crescimento no período de 2002 a 2017, tanto para o Maranhão, como para o TLMM.

Tabela 4: Valor adicionado bruto da indústria (VABInd), MA e TLMM a preços correntes (mil reais)

Unidade da Federação e Município	Anos		Incremento médio total anual 2017/2002
	2002	2017	
Maranhão (A)	2.732.202	13.473.713	24,57
Axixá	470	2.882	32,07
Bacabeira	28.594	167.143	30,28
Barreirinhas	8.021	27.199	14,94
Cachoeira Grande	289	1.948	35,88
Humberto de Campos	721	4.821	35,54
Icatu	793	4.469	28,97
Morros	631	4.984	43,12
Paulino Neves	464	4.183	50,09
Presidente Juscelino	643	3.367	26,48
Primeira Cruz	372	2.263	31,77
Rosário	15.719	25.395	3,85
Santo Amaro do Maranhão	271	2392	48,92
TLMM (B)	56.988	251.046	21,28
% (B/A)	2,09	1,86	

Fonte: IBGE/SIDRA – Tabela 5938.

Comparando o incremento médio anual do VAB Ind no conjunto dos municípios do TLMM (Tabela 4), percebe-se que, os municípios que apresentaram maior variação no período, foram: Paulino Neves (50,09% a.a), Santo Amaro do Maranhão (48,92% a.a), Morros (43,12% a.a), Cachoeira Grande (35,88% a.a), Humberto de Campos (35,54% a.a) e Axixa (32,07% a.a). Grande parte dos municípios do TLMM apresentaram variação acima do incremento médio do estado (24,57%) como do TLMM (31,28%). Somente os municípios de Barreirinhas e Rosário, apresentaram variação inferior à média do MA e do TLMM.

O Valor Adicionado Bruto de Serviços (VAB Serv), ilustrados na Tabela 5, percebemos uma tendência de crescimento no período de 2002 a 2017, tanto para o Maranhão, como para o TLMM.

Tabela 5: Valor adicionado bruto da indústria (VAB Serv), MA e TLMM a preços correntes (mil reais)

Unidade da Federação e Município	Anos		Incremento médio total anual 2017/2002
	2002	2017	
Maranhão (A)	6.537.050	36.426.796	28,58
Axixá	2.984	16.085	27,44
Bacabeira	7.058	66.545	52,68
Barreirinhas	15.632	171.358	62,26

Cachoeira Grande	1.001	10.571	59,75
Humberto de Campos	4.394	36.655	45,89
Icatu	4.008	30.043	40,60
Morros	3.604	34.610	53,77
Paulino Neves	1.723	25.231	85,27
Presidente Juscelino	2.176	15.266	37,60
Primeira Cruz	1.215	11.944	55,19
Rosário	24.040	129.647	27,46
Santo Amaro do Maranhão	1.349	14.026	58,73
TLMM (B)	69.184	561.981	44,52
% (B/A)	1,06	1,54	

Fonte: IBGE/SIDRA – Tabela 5938.

Comparando o incremento médio anual do VAB Serv no conjunto dos municípios do TLMM (Tabela 5), percebe-se que, os municípios que apresentaram maior variação no período, foram: Paulino Neves (85,27% a.a), Barreirinhas (62,26%), Cachoeira Grande (59,75%), Santo Amaro do Maranhão (58,73%), Primeira Cruz (55,19%) e Morros (53,77%). A Tabela 5 também revela que grande parte dos municípios do TLMM apresentaram variação acima do incremento médio do estado (28,58%) como do TLMM (44,52%). Somente os municípios de Axixá e Rosário, apresentaram variação inferior à média do MA e do TLMM.

Devemos lembrar que também o VAB Serv não reflete, especificamente a atividade de serviços motivada pelo turismo, mas é forte indicativo que o setor de serviços no TLMM é bem mais representativo que a média do estado. Segundo o IMESC os maiores VAB Serv estão dispersos no Estado e os pesos das atividades econômicas no setor estão voltados para a “administração, educação e saúde pública, defesa e seguridade social representou 36,3% em 2016 e 40,80% em 2017; comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas representou 20,5% em 2016 e 19,01% em 2017; atividades imobiliárias representou 13,6%em 2016 e 14,10% em 2017;, transporte, armazenagem e correios representou 8,1% em 2016 e 6,4% em 2017.

Deve-se destacar que no período analisado houve impulso nos investimentos públicos no TLMM, voltados para infraestrutura, em especial na expansão da geração e distribuição de energia elétrica e na construção de modais de transporte. Não

podemos afirmar o peso desses investimentos no setor agropecuário, na indústria e dos serviços no TLMM.

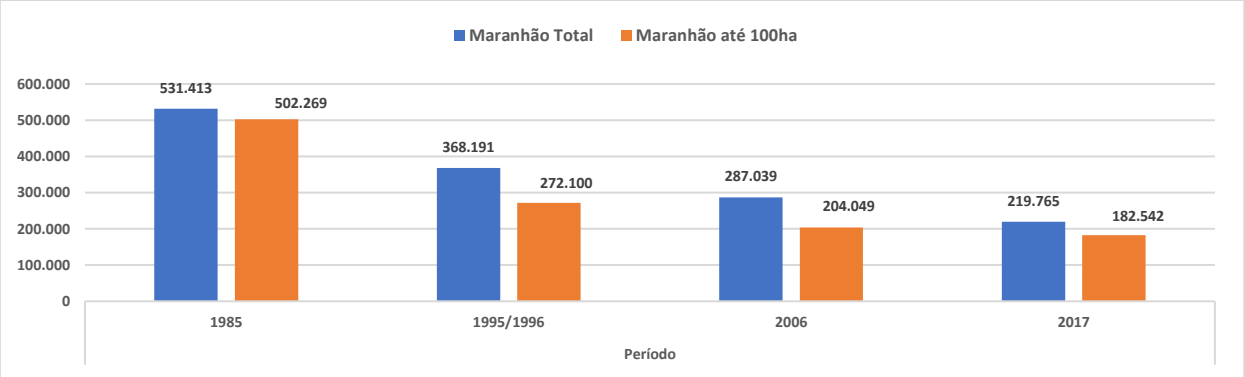
A breve análise do PIB do TLMM e do VAB dos setores sugere que o volume de investimento, concentrado mais em Barreirinhas, não tem sido suficiente para o impulso das atividades econômica, não sendo possível, no período analisado, a geração de trabalho, renda de forma igual nos municípios do TLMM, resultando apenas na criação de consumo, mercados restritos aos municípios de Barreirinhas, Santo Amaro do Maranhão e Humberto de Campos. Importante destacar ainda que, a despeito do crescimento do VAB e PIB no TLMM, o mesmo não tem se refletivo nas condições sociais da população.

Segundo o PTDRS (Coospat, 2009), o TLMM possui 54.403 domicílios (IBGE/2010), sendo que somente 21.861 possuem rede geral de distribuição de água (40,18%), ficando abaixo da média do estado que é de 65,81%; outros 43.714 domicílios possuem banheiro ou sanitário (80,35%), também abaixo da média do estado que é de 86,21%; e 17.191 domicílios tem coleta de lixo (31,60%), também abaixo da média do estado que é de 55,83%. Em termos educacionais, da população de 10 anos ou mais (192.877), 151.298 habitantes eram alfabetizados, o que corresponde a 78,44% (taxa de alfabetização), menor que a média do estado que é de 80,69%. Dos alfabetizados, os sem instrução e menos de um ano de estudo totalizam 37.544, ou seja, 26,10%, maior que a média.

2.2 Análise de alguns indicadores da agricultura familiar do TLMM e a ocupação agrícola e não agrícola

Foi demonstrado no item anterior um incremento da população rural no TLMM superior a média do estado até 2010 e a dinâmica da população rural contrasta com a queda no número de estabelecimentos rurais até 2017. O Gráfico 1 revela que no Maranhão houve uma queda no total de estabelecimentos, como também nos estabelecimentos até 100ha. A queda no total de estabelecimentos foi de 58,65% (531.413 em 1985, para 219.765 em 2017).

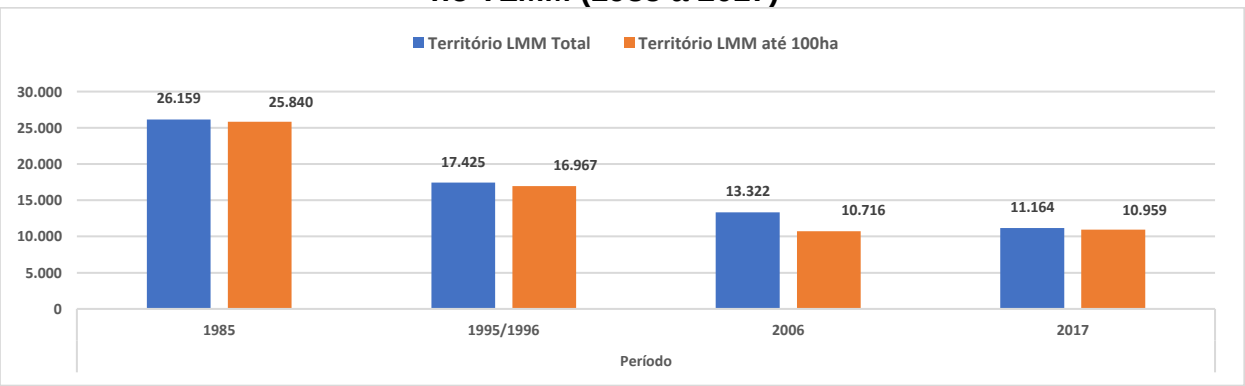
Gráfico 1: Total de estabelecimentos e número de estabelecimentos até 100ha no Maranhão (1985 a 2017)



Fonte: Extraído do Censo Agropecuário IBGE (1985,1995/1996, 2006, 2017)

O Gráfico 2 revela que a dinâmica do TLMM não foi diferente do ocorrido no Maranhão, apresentando também, queda no total de estabelecimentos, como também nos estabelecimentos até 100ha. A queda no total de estabelecimentos foi de 57,32% (26.159 em 1985, para 11.164 em 2017). Isso demonstra que temos, no caso do TLMM um incremento de população rural disputando um menor número de estabelecimentos, estes concentrados no grupo de até 100ha. Já na média do Maranhão a tendência foi de queda na população rural e de queda no número de estabelecimentos.

Gráfico 2: Total de estabelecimentos e número de estabelecimentos até 100ha no TLMM (1985 a 2017)

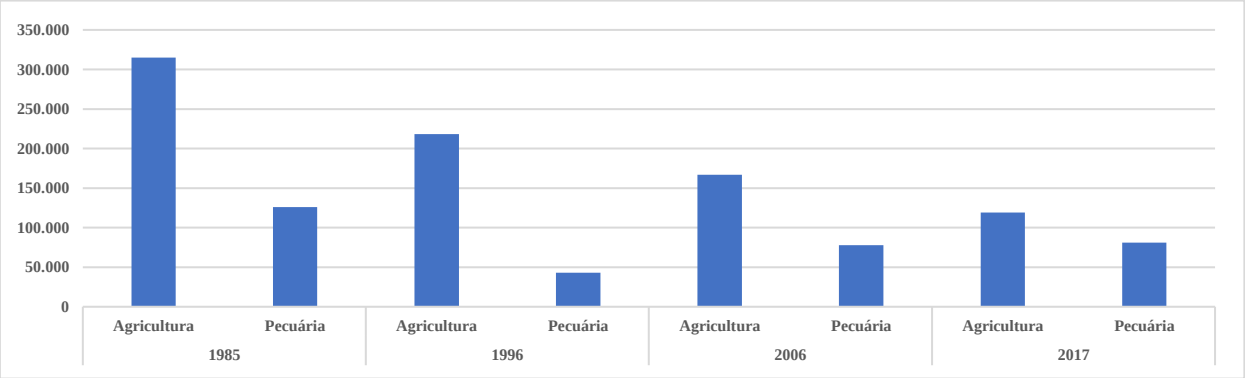


Fonte: Extraído do Censo Agropecuário IBGE -1985,1995/1996,2006,2017

É natural que a queda no número dos estabelecimentos tenha impactado nas atividades produtivas dos municípios que compõe o TLMM. Sendo as atividades agrícolas e pecuárias que prevalecem no Maranhão e no TLMM, os Gráficos 3 e 4

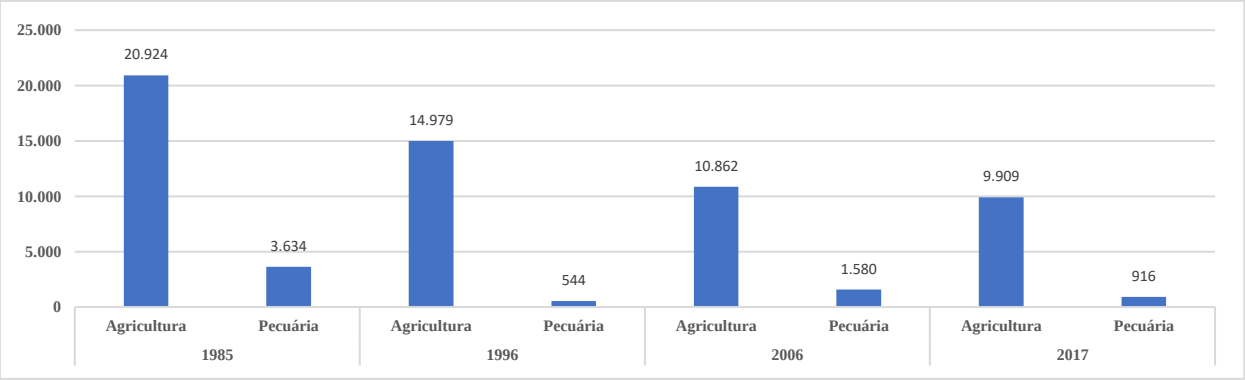
demonstram que houve, como consequência da queda no número dos estabelecimentos, queda dos estabelecimentos que se dedicam às atividades agrícolas e pecuárias, tanto no Maranhão como no TLMM e, consequentemente, uma queda da renda das famílias, indo na contramão da lógica dos resultados da Política Estadual de Turismo, em especial, de manter o homem no campo, gerando trabalho e renda, como lembra GOERCK (2017).

Gráfico 3: Distribuição dos estabelecimentos segundo o grupo de atividades econômicas no Maranhão (1985 a 2017)



Fonte: Extraído do Censo Agropecuário IBGE -1985,1995/1996,2006,2017

Gráfico 4: Distribuição dos estabelecimentos segundo o grupo de atividades econômicas no TLMM (1985 a 2017)



Fonte: Extraído do Censo Agropecuário IBGE -1985,1995/1996,2006,2017

As transformações ocorridas no TLMM foram significativas, no que diz respeito a atividade agrícola. A atividade pecuária apresentou queda mais expressiva. GOERCK (2017) também lembra que, as transformações que ocorrem no campo, resultado das políticas públicas implementadas, reflete nas relações de trabalho e no caso do TLMM, isso tem ocorrido de forma negativa, uma vez que houve queda

significativa do número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos, tanto no Maranhão como no TLMM, como está ilustrado na Tabela 6.

Tabela 6: Pessoal ocupado nos estabelecimentos rurais no MA e no TLMM

Unidade da Federação e Município	1985	1996	2006	2017
Maranhão	**1.672.820**	**1.331.864**	**991.600**	**692.870**
Axixá	4.337	3.695	3.798	2.611
Bacabeira	--	--	480	500
Barreirinhas	16.195	13.939	7.167	8.807
Cachoeira Grande	--	--	3.584	2.843
Humberto de Campos	8.309	6.849	3.380	2.900
Icatu	9.495	17.622	6.888	3.989
Morros	14.407	8.164	6.750	4.066
Paulino Neves	--	--	5.088	3.869
Presidente Juscelino	3.837	3.432	4.352	2.376
Primeira Cruz	7.517	6.142	3.005	1.614
Rosário	10.294	10.142	3.098	1.646
Santo Amaro do Maranhão	--	--	3.409	2.466
TLMM	**74.391**	**69.985**	**50.999**	**37.687**

Fonte: IBGE CA1985, /SIDRA – Tabela 320,788 e 6884.

A queda no número de estabelecimentos e a queda no número de estabelecimentos voltados para a agricultura e pecuária, resultaram em quedas expressivas no número de pessoas ocupadas. No período de 1985 a 2017 a maior queda foi no município de Rosário, onde 8.648 pessoas ficaram sem trabalho (84,01%) e a menor foi em Barreirinhas, onde 7.388 pessoas ficaram sem trabalho (Ver Tabela 6). Não dispomos de informações confiáveis que sugiram a troca dessas pessoas que deixaram as atividades agrícola e pecuárias e passaram a exercer novas atividades produtivas voltadas para a demanda do turismo, ou seja, buscaram novas formas de geração de renda.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estimulo criado pelos governos em os níveis segue um modelo que prioriza empresa que possuem grandes capitais em detrimento dos microempresários, assim como estimula o uso dos produtos turísticos por grandes consumidores.

Os dados apresentados no artigo mostram que os mesmos indicam que o turismo poderia criar condições para melhoria da qualidade de vida dos moradores das áreas rurais que historicamente, possuem as menores rendas e as piores condições de vida. No entanto os indicadores do PIB e de Valores Adicionais Bruto apresentados que indicam crescimento dos municípios não são transferidos.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Familiares Rurais. SAF/MDA Secretaria de Agricultura Familiar/Ministério Desenvolvimento Agrária. Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar. Brasil, 2003.

BARBOSA, F. F. O turismo como um fator de desenvolvimento local e/ou regional. *Revista Caminhos de Geografia*, v. 10, n. 14, p. 107-114, fev/2005

Enríquez, Maria Amélia, 1964- Trajetórias do desenvolvimento: da ilusão do crescimento ao imperativo da sustentabilidade/ Maria Amélia Enríquez. – Rio de Janeiro: Garamond,2010.

GOERCK, Gabriela Umann. Turismo rural na agricultura familiar: análise dos subsídios repassados aos agricultores pelas entidades ligadas a área rural em Santa Cruz do Sul. Ágora, v. 19, n. 1, p. 75-84, 2017.

Maranhão. Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento. Regiões de Planejamento do Estado do Maranhão/Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento, Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos, Universidade Estadual do Maranhão ._ São Luís: SEPLAN, 2008.

Produto Interno Bruto dos Municípios Maranhenses - 2017. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos-IMESC. v.13, n.1, jan./dez. – São Luís: IMESC, 2019.

Produto Interno Bruto dos Municípios do Estado do Maranhão: 2016 / Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. V. 1 (2005) – . São Luís: IMESC, 2005.

Piorski, C. R. L. Desenvolvimento territorial em extrema pobreza: o caso do território rural dos lençóis maranhenses e munim. César Ricardo Leite Piorski.2008.